

As estratégias de gestão dos municípios brasileiros em cenário de crise econômica

Jefferson Mariano

do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
São Paulo – São Paulo – Brasil
jefferson.mariano@ibge.gov.br

Livia Inglesis Barcellos

da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
São Paulo – São Paulo – Brasil
jefferson.mariano@ibge.gov.br

Resumo: O trabalho tem por objetivo realizar uma análise das estratégias de gestão adotadas pelos municípios do Brasil entre 2010 e 2015, com ênfase para as ações relativas aos incentivos à geração de trabalho e rendimento. A economia brasileira passou por uma transição de taxas elevadas de crescimento para um período de forte retração na atividade econômica. Em função disso, instrumentos de política econômica foram utilizados com vistas à retomada do crescimento. O trabalho pretende demonstrar que no nível territorial municipal também foram realizadas ações no sentido de retomar o ciclo de crescimento da economia, especialmente em relação ao emprego. Para a realização do trabalho em questão foram explorados os dados disponibilizados pela Pesquisa do Cadastro Central de Empresas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Trata-se de um levantamento que fornece informações sobre pessoas ocupadas e salários, e outras remunerações de empresas e unidades locais formalmente constituídas, registradas no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ. Outra fonte utilizada para a presente tarefa foi a Pesquisa Informações Básicas Municipais, também elaborada pelo IBGE. A revisão da literatura apresenta como referência os trabalhos utilizados pela Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) e os estudos de Wilson Cano, do Instituto de Economia da Unicamp.

Palavras-chave: Federalismo. Poder local. Gestão pública.

Introdução: a relação entre os entes federativos

A descentralização da capacidade de gestão, com maior autonomia para a atuação dos municípios, foi um processo que se intensificou a partir do início dos anos noventa, como resultado das alterações introduzidas pela constituição de 1988.

Antes desse período, especialmente ao longo da ditadura militar (1964/1985), os mecanismos constitucionais existentes não estavam suficientemente claros no tocante à redistribuição dos recursos extremamente centralizados no âmbito do

governo federal, e, paralelamente, as transferências pautavam-se por aspectos de natureza discricionária.

Uma das características do regime de arbítrio era a excessiva centralização do processo decisório. No âmbito das finanças públicas, houve o estabelecimento de uma estrutura profundamente amparada em transferências que, segundo TAVARES (1985) não estava fortemente institucionalizada.

Desse modo, transferências realizadas para estados e municípios estavam pautadas na agenda política e na necessidade de apoio institucional, principalmente quando o regime passou a enfrentar problemas relacionados à legitimação política. Apesar da forte centralização do processo decisório político no nível federal, em razão do “milagre econômico”, as tensões nos estados e municípios foram minimizadas.

As pressões por democratização e descentralização ocorreram no fim dos anos setenta, devido ao agravamento da crise econômica, ao lado da emergência do novo sindicalismo, com seus desdobramentos sobre os demais movimentos sociais.

Assim, na fase de elaboração da Constituição de 1988, colocava-se na agenda política brasileira a necessidade de um processo de descentralização das receitas em benefício do poder local e de institucionalização de transferências intergovernamentais.

A partir da Constituição de 1988 ocorreu de fato uma redução da participação da União na receita tributária total e um aumento em favor dos estados e municípios.

Uma reação desse processo por parte da União foi a intensificação de contribuições de natureza social ou econômica. Ressalte-se que as contribuições sociais foram mecanismos criados, principalmente a partir dos anos setenta, que permitiam ao governo programar políticas sociais a despeito de restrições orçamentárias e sem depender diretamente do aumento da receita de impostos.

Outro resultado do processo de aumento da participação dos recursos orçamentários por parte das esferas locais de poder foi a possibilidade de constituição de novos municípios, com a consequente criação de 1000 unidades após 1988. No Estado de São Paulo, de 575 prefeituras, em 1990, passam para 645, em 2002. A criação, incorporação e desmembramento de municípios, que era uma prerrogativa da federação, tornaram-se atribuições do governo estadual. Esse crescimento no número de municípios esteve diretamente relacionado às mudanças na legislação, em decorrência do aumento dos repasses para esses entes federativos. Saliente-se que apesar do incremento das transferências, observa-se a existência de vários municípios que praticamente não dispunham de receitas próprias.

O espaço do poder local pré-Constituição

Uma das alterações ocorridas ao longo da ditadura militar 1964-1984 foi a redução da autonomia dos municípios em relação à tomada de decisão política.

Esse processo fica bem evidenciado na Reforma tributária de 1966. Com essa alteração jurídica foram estabelecidos níveis de competência de arrecadação. Porém, grande parcela dos recursos destinados às localidades era originária de transferências da União e Estados, além de recursos de natureza para-fiscal.

Em razão da natureza do regime, parte das transferências realizadas não seguia critérios claros de institucionalidade. Basicamente eram determinadas em função de planejamento em âmbito nacional ou, na maioria das vezes, seguindo ditames de favorecimento a aliados políticos.

Assim, uma das marcas do golpe foi o processo centralizador, trazendo um quadro enorme de dificuldades para as unidades locais de poder.

As mudanças desse período no que diz respeito às relações entre os entes federativos podem ser apresentadas em dois eixos: processo de concentração e controle das ações no tocante a políticas públicas por parte do poder central e, centralização dos recursos orçamentários como instrumento de política econômica, principalmente com a preocupação de redução do déficit orçamentário. Desse modo, uma série de alterações ocorreu no âmbito da legislação e mesmo o limitado grau de autonomia das localidades desapareceu.

Ressalte-se que dentre outros aspectos, o modelo econômico em vigente promoveu um forte quadro de concentração de renda. De acordo com CARDOSO DE MELLO (2000), há nesse período a privatização da esfera pública com o crescimento da participação dos tecnocratas no governo, favorecendo os grandes grupos econômicos.

Acerca da matéria tributária, percebeu-se uma concentração com a visível redução da participação dos governos estaduais e municipais no bolo orçamentário. Além disso, um conjunto significativo de transferências ocorridas da União para as localidades caracterizou-se por atos discricionários. Dessa maneira, localidades com mandatários vinculados ao partido da oposição enfrentavam maiores dificuldades com relação aos repasses.

Ainda a partir de 1968, surgem alterações no tocante às transferências de recursos para Estados e municípios, como por exemplo, a criação do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). De acordo com essa legislação 10% dos recursos

arrecadados da União dos Impostos de Renda e do IPI teriam como destinado o FPM. Desse montante 10% seriam destinados às capitais e 90% para os demais municípios. No entanto, já em 1969 ocorre uma redução na receita de imposto de Renda e IPI que seriam destinados aos Estados e municípios. Também, como observa PRADO (1994), ao longo dos anos setenta, o Brasil foi um exemplo único de redução de carga tributária diante de uma situação de crise.

Com a implementação do II Plano Nacional de Desenvolvimento - II PND, a partir de 1974, tendo como estratégia desenvolver a produção dos bens de consumo duráveis, o governo recorreu de modo bastante agressivo aos mecanismos de isenção tributária. Além disso, ocorria a utilização de isenção fiscal como elemento de combate à inflação.

Desse modo, a utilização desse mecanismo, incidindo principalmente sobre IPI e o Imposto sobre Circulação de Mercadorias – ICM provocou um impacto significativo sobre as finanças dos Estados e municípios. Esse fato fez que ao longo do período se observasse uma queda na participação dos Estados e municípios na receita tributária total.

Em 1967 cabia à União 36% das receitas, aos Estados 46% e aos municípios 17,6%. Em 1974 a participação da União se apropriava de 50,5% da receita tributária total, os Estados ficavam com 36% e os municípios com 13,5% (BOVO: 2000).

Apesar da reforma de 1966 e a consequente institucionalização das transferências, a despeito do crescimento econômico, as finanças públicas locais, e, por decorrência, a capacidade de intervenção nas políticas públicas sofreram enormes constrangimentos. Contribuiu sobremaneira para esse processo o conjunto de isenções fiscais ocorridas ao longo do período em questão.

As mudanças a partir da Constituição de 1988

A transição democrática ocorrida no Brasil apresentou como elemento síntese pressões no sentido da descentralização das esferas de poder, principalmente em benefício das localidades.

Apesar de ser uma bandeira dos movimentos sociais organizados e dos partidos de esquerda, observa-se na literatura econômica que paulatinamente os grupos conservadores também se apropriaram da causa em prol da descentralização.

Enquanto para os movimentos sociais, o processo de descentralização significava a possibilidade de maior controle social pelos cidadãos, justiça social, redução das desigualdades e, conseqüentemente, maior alcance das políticas públicas, na perspectiva do conservadorismo, a descentralização tinha como objetivo imprimir uma maior racionalidade nas ações do Estado.

Essa leitura da descentralização passou a integrar as políticas e recomendações dos organismos multilaterais, para países da América Latina egressos de regimes autoritários. Talvez esse deva ser um dos aspectos que explique a facilidade com que o processo de reformas do Estado ao longo dos anos noventa fosse realizado na América Latina, sem oferecer grandes resistências.

Importante destacar que esse processo aconteceu mesmo antes da promulgação da Constituição de 1988. A força dos movimentos populares aliada à crise econômica dos anos oitenta fez que a União enfrentasse dificuldades na manutenção desse arranjo institucional.

Nos principais centros urbanos emergem inúmeros movimentos organizados em torno de reivindicações sociais de várias naturezas, principalmente as de saúde e moradia.

No processo constituinte esse conjunto de demandas sociais passa a integrar a pauta de discussões. Desse modo, as lutas para democratização do país se confundem, em grande medida, com descentralização de poder político.

Nesse momento, ocorre um paradoxo no sistema político brasileiro na medida em que a descentralização surge como uma necessidade a ser defendida pelos movimentos sociais organizados e também pelas correntes políticas conservadoras, evidente que cada qual dentro de uma perspectiva distinta.

Dessa maneira, inicia-se uma luta política no Parlamento em torno da instituição de mecanismos que possibilitassem o aumento da presença do poder local bem como da influência da população organizada. Como já destacado, a origem da luta em favor da descentralização no país decorre da identificação do modelo centralizador com autoritarismo político.

Assim, a Constituição de 1988 coloca na agenda política do país o debate acerca da redemocratização e da descentralização.

Durante as discussões em torno da definição da estrutura tributária bem como o padrão de gasto social do Estado, um número significativo de demandas reprimidas ao longo da ditadura militar emergiu.

No âmbito das relações entre os entes federativos assume extrema importância a reforma tributária realizada na Constituição de 1988. Essa apresentou como principal virtude a institucionalização das transferências e o estabelecimento de critérios técnicos na participação dos fundos para-fiscais. Como resultado, percebe-se a partir do ano de 1988, gradativa redução na renda disponível em poder da União e o aumento da participação dos municípios como pode ser observado no gráfico 1.

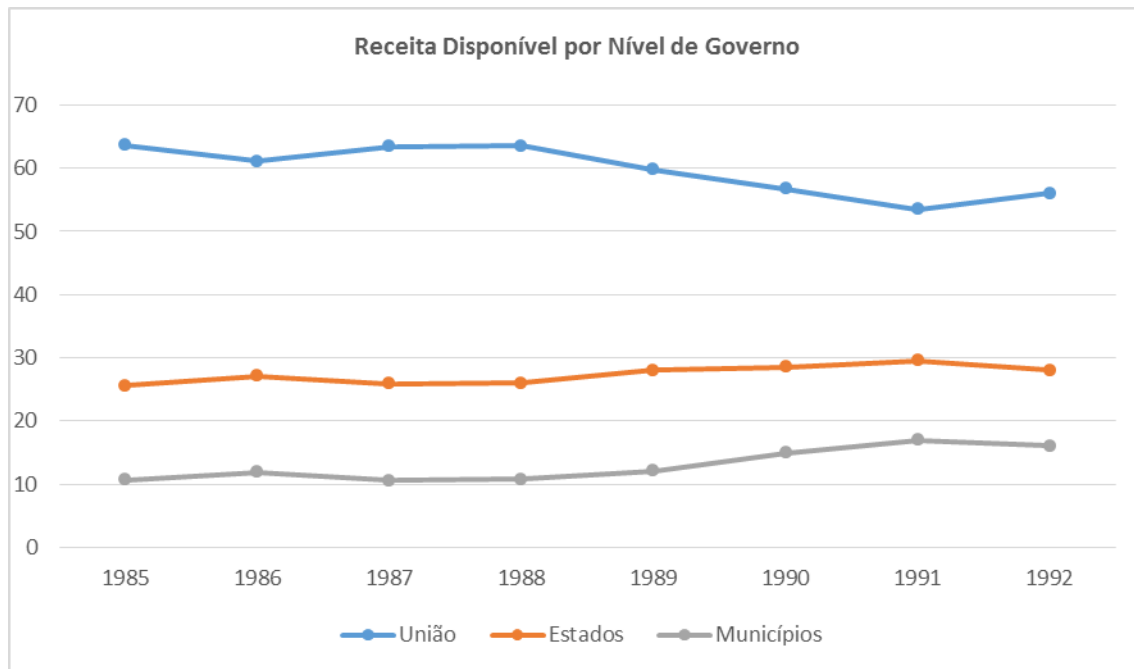


Figura 1 – Receita disponível por nível de Governo.

Fonte: IPEADATA – www.ipea.gov.br. Acesso em 18/08/2016.

Em contrapartida estabeleceu-se um aumento das responsabilidades das esferas locais de poder na gestão das políticas públicas. A criação do Sistema Único de Saúde - SUS impôs a necessidade da gestão e prestação dos serviços em âmbito local e, no caso da educação fundamental, o município teve a parcela de seus recursos vinculados.

AFONSO (2001) destaca que uma importante característica da reforma estabelecida na Constituição de 1988 foi o processo de municipalização redundando em grande autonomia tributária desses entes federativos. Como desdobramento desse processo, principalmente nas grandes cidades, o quadro de aumento da receita própria decorre também da modernização fazendária e melhoria nos sistemas de avaliação das propriedades imobiliárias, bem como, o crescimento dos serviços frente à indústria e comércio.

Assim, as grandes cidades, apesar de menor participação no FPM, dispõem de ferramentas mais sofisticadas que possibilitam ampliar sua capacidade de arrecadação,

além do próprio dinamismo da economia que favorece aumento da arrecadação tributária. Desse modo, acredita-se que a melhoria da gestão e dos sistemas de controle pode aumentar as receitas oriundas de arrecadação própria.

Ainda em relação às características da estrutura fiscal brasileira, PRADO (2001) observa a ausência de orientação para o processo de adequação dos mecanismos de financiamento federativo. Seu principal argumento é que, “inexiste ou é limitado o espaço político para qualquer alteração no regime de competências”.

Analisando o sistema de transferências constitucionais observa que esse modelo tende a privilegiar as capitais na medida em que essas possuem 22,8% da população e auferem 33,2% dos recursos disponíveis enquanto que 3% dos residentes nos municípios abaixo de 5000 recebem 3,6% dos recursos. Na distribuição dos recursos de modo que, a não existência provocaria concentração em prol das capitais.

Desse modo, o debate em torno do processo de descentralização abre duas vertentes: a necessidade de descentralização do processo decisório em favor dos Estados e municípios; e a possibilidade de incremento nos recursos tributários à disposição das localidades. No tocante às alterações ocorridas no âmbito da tributação percebe-se a gradativa redução na renda disponível em poder da União e o significativo aumento da participação dos municípios. De acordo com a Tabela 1, em 1985 a União detinha 63,70% do total da receita disponível nas três esferas de governo e em 1992 ocorre uma redução para 56%, ao passo que no caso dos municípios, durante o mesmo período ocorre um aumento de 10,7% para 17%.

Do mesmo modo em que houve uma redução na participação da União na apropriação das receitas orçamentárias, também foi muito enfatizada pela literatura a sensível redução da presença do governo federal no gasto social, com pressões principalmente sobre os municípios, fato que, como já destacado, ocorreu antes inclusive da promulgação da Constituição de 1988.

A crise recente e as novas estratégias de gestão municipal

Ao longo dos últimos trimestres a economia brasileira apresentou um intenso quadro de desaceleração. A trajetória do comportamento do Produto Interno Bruto (PIB) do país pode ser acompanhada por meio do Sistema de Contas Nacionais Trimestrais.

Essa pesquisa disponibiliza trimestralmente índices que possibilitam acompanhar a evolução do PIB e de seus principais componentes.

O primeiro trimestre de 2014 foi o derradeiro com indicadores positivos em todos os setores de atividade econômica. A partir do segundo trimestre houve uma progressiva queda no PIB e seus componentes. Apenas a atividade agropecuária apresentou indicadores positivos em alguns dos trimestres analisados, como pode ser observado no gráfico 2.

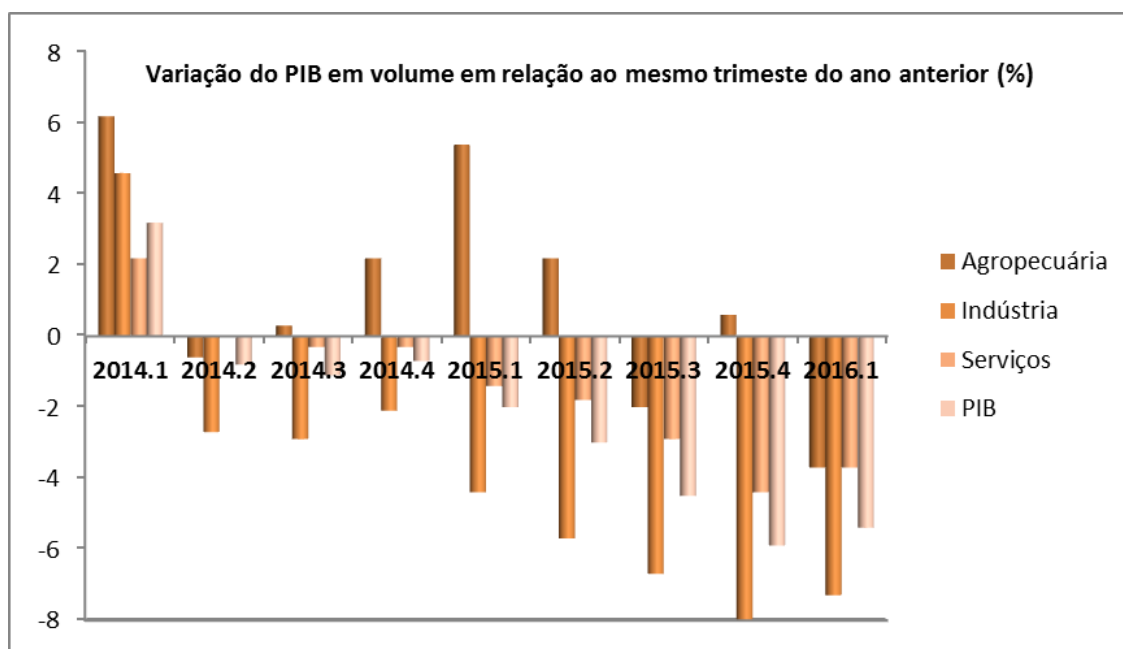


Figura 2 – Variação do PIB em volume em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Fonte: Sistema de Contas Nacionais, IBGE.

Esses índices dizem respeito ao conjunto da economia brasileira. Porém estados e municípios também sofreram impactos negativos com o quadro de retração da produção e do emprego ao longo do período.

Muitos municípios brasileiros passaram a adotar os instrumentos políticos, dentro de sua esfera de autonomia. As utilizações de mecanismos de incentivo à implantação de investimentos inclusive podem ter contribuído para atenuar a retração no nível de emprego.

Além disso, recorreram também a política de isenção de taxas e de IPTU (o principal tributo de competência dessa esfera de governo).

Assim como ocorreu em âmbito do governo federal, no nível dos governos municipais também foram utilizados instrumentos que podem ser traduzidos como renúncia fiscal.

De acordo com o gráfico 3 é possível perceber que ocorreu um aumento no uso desses mecanismos de incentivo a atividade econômica. Por exemplo, do total de municípios brasileiros 42,8% promoviam a cessão de terrenos em 2015, com intuito de atrair novos investimentos. Em 2012 a taxa era correspondente a 38,5. Além disso, os municípios recorreram também aos mecanismos de isenção de taxas e de IPTU (o principal tributo de competência dessa esfera de governo).

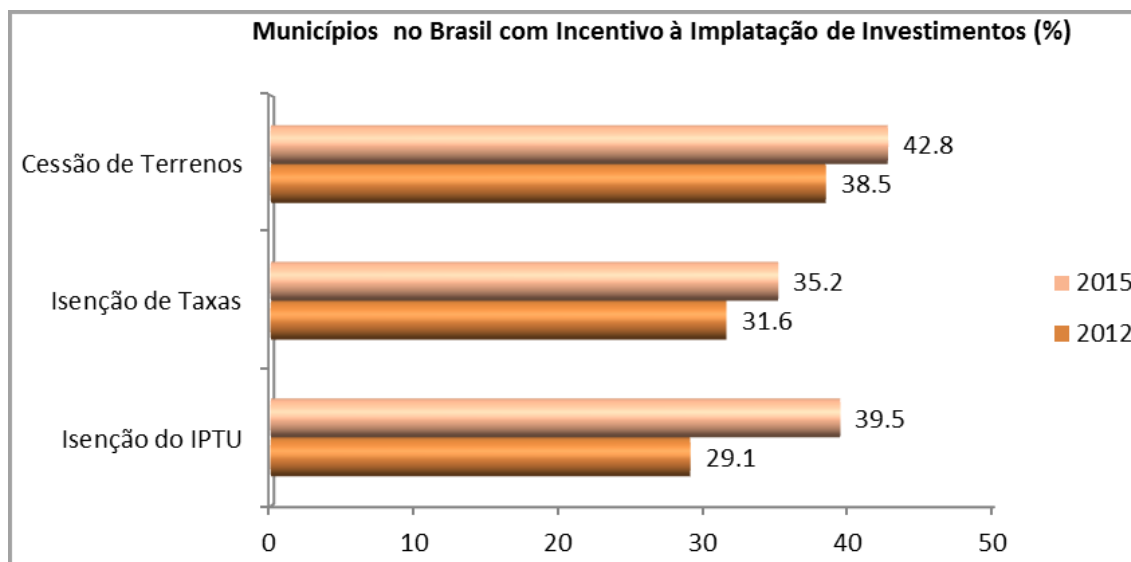


Figura 3 – Municípios no Brasil com incentivo à implantação de Investimentos.

Fonte: Pesquisa de Informações básicas municipais, IBGE, 2015.

Outra estratégia de gestão amplamente utilizada pelos municípios foi a terceirização. É verdade que esse processo foi menos intenso, uma vez que o ápice ocorreu após a implementação do Plano Real, com a imposição para que os municípios contribuíssem com o esforço de ajuste fiscal.

As terceirizações estiveram presentes em um número significativo de municípios, especialmente no caso de atividades relacionadas à infraestrutura urbana. Em algumas atividades, investigadas na Pesquisa de Informações Básicas Municipais, é possível notar a ocorrência de processo mais intenso nos municípios maiores em termos populacionais.

As atividades relacionadas à infraestrutura urbana paulatinamente foram alvo de processos de terceirização em um número significativo de municípios. Apesar das discussões em torno da reforma do Estado na esfera nacional ter como premissa um possível aumento na racionalidade e eficiência da máquina, como já destaca BRESSER PEREIRA (2001), em âmbito local acredita-se que tal processo passe ao largo desse debate.

Novamente o que se observa é um movimento de reação às restrições que se apresentam às localidades. A tabela 1 apresenta o comportamento desse processo no ano de 2015.

Tabela 1 - Municípios do Brasil com atividades terceirizadas (Brasil – 2015)

Atividades Terceirizadas	Municípios	Em percentual
Assessoria jurídica	842	15.1
Assessoria contábil/financeira	605	10.9
Coleta de resíduo sólido domiciliar	2164	38.8
Coleta de resíduo sólido hospitalar	4796	86.1
Limpeza urbana	356	6.4
Iluminação pública	2008	36.0

Fonte: IBGE: Pesquisa de Informações Básicas Municipais.

Nas tabela 1 é possível observar que dos mais de 5500 municípios brasileiros aproximadamente 38% terceirizaram a coleta de lixo residencial. No caso do lixo hospitalar a taxa chega a 86%. Ou seja, é muito marcante a presença de atividades terceirizadas em praticamente todos os segmentos da gestão pública dos municípios.

Os impactos das medidas sobre o nível de emprego

Ainda não foi possível avaliar os impactos diretos dessas medidas sobre a capacidade de recuperação da atividade econômica dos municípios. As estatísticas relativas às estimativas do PIB municipal, elaboradas pelo IBGE, estão disponíveis apenas até o ano de 2013. De qualquer modo, a retração da atividade econômica no biênio 2014/2015 trouxe impactos negativos para praticamente todos os municípios brasileiros.

Também em relação às estatísticas relativas ao mercado de trabalho, pelo menos até o início de 2015, havia limitação em razão da restrita cobertura das taxas de desocupação¹.

A partir de março de 2015 ocorre a substituição da PME pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Essa novo levantamento passou a caracterizar o mercado de trabalho brasileiro em todas as unidades da federação e

¹ A taxa de desocupação calculada pelo IBGE era obtida por meio da Pesquisa Mensal de Emprego e considerava a soma das taxas de seis regiões metropolitanas (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre).

municípios das capitais. Desse modo, é possível observar o comportamento das taxas de desocupação em todas as capitais do País.

Tabela 2 - Taxa de Desocupação dos Municípios das Capitais 2004/2006 (em percentual)

Municípios	Taxa de Desocupação		Municípios	Taxa de Desocupação	
	abril-junho 2014	abril-junho 2016		abril-junho 2014	abril-junho 2016
Porto Velho	4,1	10,2	Maceió	10,5	13,8
Rio Branco	12,6	13,2	Aracaju	10,5	16,1
Manaus	10,2	17,4	Salvador	12,8	17,6
Boa Vista	5,6	8,7	B. Horizonte	6,4	12,0
Belém	11,2	13,2	Vitória	8,1	11,0
Macapá	10,2	17,4	Rio de Janeiro	5,2	7,3
Palmas	10,9	10,0	São Paulo	6,6	10,6
São Luís	8,6	16,4	Curitiba	3,6	10,2
Teresina	8,0	9,6	Florianópolis	4,0	7,2
Fortaleza	7,5	11,4	Porto Alegre	4,0	8,7
Natal	10,7	13,7	C. Grande	3,9	7,2
João Pessoa	10,6	10,8	Cuiabá	5,3	13,4
Recife	7,5	11,6	Goiânia	3,3	7,7
			Brasília	9,2	10,9

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral.

Na comparação entre o segundo trimestre de 2014 e de 2016 é possível observar que praticamente em todas as capitais do País ocorreu um aumento expressivo nos indicadores de desocupação. Salvador, Manaus e Macapá apresentam taxas extremamente elevadas (17.6, 17.4 e 17.4 respectivamente).

Paralelamente, nesse grupo de municípios a maior parcela lançou mão de instrumentos designados como políticas de emprego e geração de renda. Do conjunto de municípios das capitais, 64% implementaram política de isenção de Imposto Territorial Urbano em 2002 e em 2005 o número sobe para 75%. No caso do Imposto sobre Serviços, 64% dos municípios adotaram esse tipo de política de “geração de emprego e renda”.

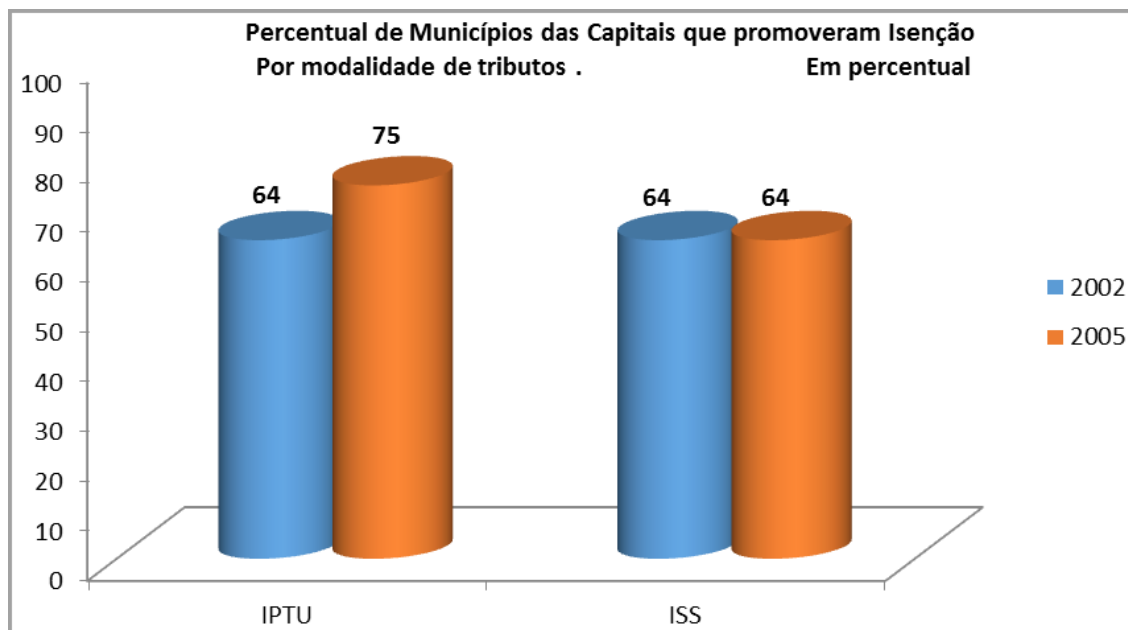


Figura 4 – Percentual de municípios das capitais que promoveram isenção, por modalidade de tributos (em percentual).

Fonte: IBGE: Pesquisa de Informações Básicas Municipais.

Ou seja, a permanência da utilização da desoneração tributária implementada pelas localidades não foi capaz de atenuar a crise no mercado de trabalho que se inicia em fins de 2014. Significa dizer que o alcance do município é limitado no tocante ao enfrentamento de uma crise das dimensões pelas quais a economia brasileira enfrentou.

Desse modo, as desonerações impactaram na redução da receita dos municípios e na capacidade de atender políticas públicas no âmbito local.

Considerações finais

trabalho em questão pretendeu observar que algumas estratégias utilizadas pelo governo federal no enfrentamento da crise, especialmente pós 2014, também foram adotadas amplamente em nível municipal. Foi possível observar que um grande número de cidades do país vem adotando sistematicamente estratégias de desoneração tributária com intuito de reverter o ciclo econômico. Inclusive algumas cidades denominam esse processo como estratégia de geração de emprego e renda.

Assim, foi possível observar que os municípios brasileiros recorreram aos instrumentos de incentivo a implantação de investimentos como resposta a um quadro de retração da atividade econômica. A pesquisa demonstrou que houve ao longo dos últimos trimestres um intenso quadro de desaceleração no PIB brasileiro. Nos

municípios de menor porte, apesar de menos frequente, foi bastante significativa o uso dessas modalidades de incentivo à atividade econômica.

Entre os municípios das capitais também houve expressiva utilização desses mecanismos.

Outro aspecto desse estudo evidencia que a terceirização é uma estratégia de gestão amplamente utilizada pelos municípios, e suas variações ocorrem de acordo com os termos populacionais. Ou seja, além da desoneração tributária a redução do alcance e atuação do poder público foi a alternativa utilizada pelos municípios para sair da crise.

Por fim foi a despeito da utilização das estratégias observadas, as taxas de desocupação não cederam e, a partir do final de 2015 assumem patamares extremamente elevados em algumas capitais (Manaus, Salvador e Macapá).

Management strategies of Brazilian municipalities in a scenario of economic crisis

Abstract: This work aims to carry out an analysis of management strategies adopted by the municipalities of Brazil between 2010 and 2015, with emphasis on the actions related to incentives to generate jobs and income. The Brazilian economy has undergone a transition from high growth rates to a strong period of retraction in economic activity. As a result, economic policy instruments were used in order to return to growth. The work aims to demonstrate that the municipal territorial level were also carried out actions to resume the growth cycle of the economy, especially in relation to employment. To carry out the work in question, data released by the Research Center of Companies Register of the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) was used. This is a survey that provides information on wages and occupied people, and other compensation of enterprises and local units formally constituted, registered in the National Registry of Legal Entities - CNPJ. Another source used for this task was to search Basic Municipal Information, also prepared by the IBGE. The literature presents as a reference work used by the Getúlio Vargas Foundation, Institute of Applied Economic Research (IPEA) and the studies of Wilson Cano, the Economics Institute of Unicamp.

Keywords: Federalism. Local authorities. Public administration.

Referências

AFONSO, J.R.R & ARAUJO, E. A. A Capacidade de Gastos dos Municípios Brasileiros: Arrecadação Própria e Receita Disponível. BNDES, Rio de Janeiro: 2001, Disponível em

<www.bndes.gov.br/clientes/federativo/bf_bancos/e0001530.pdf>.

BRESSER PEREIRA, L. C. *A Reforma do Estado nos Anos 90: Lógica e Mecanismos de Controle*. Lua Nova. São Paulo: CEDEC, (2001).

BOVO, J.M. Federalismo fiscal e descentralização de políticas públicas no Brasil. São Paulo: Unesp, 2000.

CARDOSO DE MELLO, J.M. O Capitalismo Tardio e a Sociabilidade Moderna. *História da Vida Privada*, Volume 4. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Contas Nacionais. www.ibge.gov.br

_____. Pesquisa de Informações Básicas Municipais. 2001-2015.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONOMICAS APLICADAS. www.ipeadata.gov.br

PRADO, S. *Intervenção Estatal, Privatização e Fiscalização: Um Estudo sobre a Constituição e Crise do Setor Produtivo Estatal no Brasil e os Processos de Privatização*. Tese de Doutorado. Unicamp, 1994.

TAVARES, M. C & ASSIS, J. C. *O Grande Salto Para o Caos. Rio de Janeiro*: Jorge Zahar, 1985.

SOBRE OS AUTORES

JEFFERSON MARIANO - doutor em Desenvolvimento Econômico; professor na Faculdade Casper Líbero e Analista do IBGE;

LÍVIA INGLESIS BARCELLOS - bacharel em Comunicação Social (PUC/SP).

Recebido para avaliação em novembro de 2016

Aceito para publicação em dezembro de 2016